

Um jovem disposto a dar sua vida por um ideal:

participação de Eduardo Gomes
no Movimento Tenentista

A young man willing to give his life
for na ideal: participation of Eduardo
Gomes in the Tenentist Movement

FLAVIA SALLES FERRO

Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e está concluindo o doutorado na Universidade Federal de Juiz de Fora, na mesma área.
flavia.sferro@gmail.com

RESUMO: Eduardo Gomes, Patrono da Força Aérea Brasileira, foi militar de relevante atuação na política brasileira. Iniciou sua participação política em 1922, quando do Levante do Forte de Copacabana, e encerrou em 1981, ano de seu falecimento. Foi personagem de destaque no tenentismo; lutou ao lado das forças legalistas na Revolta Paulista de 1932 e na Revolta Comunista de 1935; se destacou na FAB; foi duas vezes candidato à presidência da República; foi ministro da Aeronáutica em duas ocasiões. Este trabalho tem como propósito estudar a trajetória política de Eduardo Gomes no Movimento Tenentista. Nos interessa compreender suas ideias e ações de modo a des-cortinar contexto complexo que envolve múltiplos agentes.

PALAVRAS-CHAVE: Eduardo Gomes. Movimento Tenentista. Primeira República.

ABSTRACT: Eduardo Gomes, Patron of the Brazilian Air Force, was an important military officer in Brazilian politics. He began his political participation in 1922, at the Levante do Forte de Copacabana, and ended it in 1981, the year of his death. He was a prominent character in "tenentismo"; he fought alongside the legalist forces in the 1932 Paulista Revolt and the 1932 Communist Revolt; stood out at the FAB; he was twice a candidate for president of the Republic; he was Minister of Aeronautics in two occasions. This work aims to study the political trajectory of Eduardo Gomes in the Tenentist Movement. We are interested in understanding their ideas and actions to reveal a complex context involving multiple agents.

KEYWORDS: Eduardo Gomes. Tenentist Movement. First Republic.

Em 5 de julho de 1922, Eduardo Gomes e seus colegas tenentes, entre eles Siqueira Campos, Juarez Távora, Mário Tamarindo Carpenter e Newton Prado, fizeram uma revolta, sob liderança de Euclides Hermes da Fonseca, contra o governo federal. Este ato deu início ao Movimento Tenentista, que foi retratado na imprensa e, posteriormente, incorporado por parte da historiografia, como manifestação que tinha por finalidade romper com a política oligárquica da Primeira República. Vejamos a notícia de comemoração de aniversário da Revolta de 1922, publicada no jornal *Correio da Manhã*, no dia 6 de julho de 1928:

O cinco de julho, data que o povo brasileiro guarda no coração, foi ontem condignamente recordado nesta capital, nas homenagens de veneração e de carinho que se restaram aos nossos bravos patrícios que sacrificaram a vida na defesa dos ideais revolucionários que sustentavam. Às 9 horas da manhã foram as exéquias, que se encheu literalmente, oferecendo o espetáculo de uma assistência numerosa e seleta. Depois foi a tocante visita que se fez aos tumultos de oficiais e soldados mortos nobremente no campo da luta, e cujos nomes a história recolhe, como o de heróis que deram a existência em holocausto aos princípios de liberdade, sonhando um Brasil à altura de seus destinos (*Correio da Manhã*, 6 de julho de 1938, pp. 3 e 6).

Heróis que deram a vida em busca de liberdade para o povo brasileiro, bravos patrícios, defensores de ideais revolucionários que colocavam o Brasil à altura de seus destinos. Esta foi a narrativa construída sobre os tenentistas pela imprensa da época. A revolução que é referida no periódico seria a ruptura com o sistema federalista e, principalmente, com a política oligárquica fraudulenta da Primeira República. Apesar de não alcançado o intento na década de 1920,¹ esses jovens militares foram retratados como guerreiros altruístas que deram suas vidas em benefício dos brasileiros.

As primeiras produções historiográficas sobre o Tenentismo basearam-se em explicações classistas. Defendia-se que o Movimento tivera aspirações burguesas e pequeno-burguesas, ou das chamadas classes médias urbanas, por parte dos tenentes. Tratava-se, pois, de uma expressão da luta de classes. Virgílio Santa Rosa publicou, ainda em 1933, o primeiro trabalho sobre o tema. Segundo o autor, o Tenentismo ocorreu a partir dos interesses da pequena burguesia em modernizar a economia e se inserir na política nacional. Os latifundiários, em contrapartida, apresentaram resistência, no

intuito de manter seus privilégios (ROSA, 1976). Inseridos nesse modelo de análise classista estão os trabalhos de Nelson Werneck Sodré (1965) e Edgard Carone (1975). De modo geral, para esses estudiosos, “o tenentismo seria a expressão da revolta da pequena burguesia urbana contra as oligarquias” (PRESTES, 1990, p. 29).

Discutindo com esta historiografia produzida, outros pesquisadores pensaram o Movimento Tenentista a partir do aspecto organizacional da instituição militar. O Tenentismo não seria, portanto, uma revolta contra as classes dominantes. Tratava-se, principalmente, de defender os interesses das forças armadas, em especial do Exército, que estava em uma situação desprestigiada naquele contexto. A motivação dos levantes seria a indignação do grupo castrense com a falta de oportunidade de ascensão, baixos soldos e precária estrutura para formação. Entre os pesquisadores com esse referencial de análise estão Edmundo Campos Coelho (1976), Boris Fausto (1986), José Augusto Drummond (1986) e José Murilo de Carvalho (2005).

O terceiro referencial de análise sobre o Tenentismo surgiu no final da década de 1970. Esta nova corrente compreende o caráter de grupo dos tenentes, mas destaca que esses jovens revoltosos estavam inseridos em contexto político e social dos anos 20 e, portanto, estavam em diálogo com o que era pensado e discutido no âmbito civil, para além dos muros das Escolas Militares. Maria Cecília Spina Forjaz (1988) destaca os valores de corporação presente nos revoltosos, assim como os valores da sociedade civil. Os tenentes seriam, inclusive, o grupo mais suscetível às influências civis. Por fim, há o célebre trabalho de Anita Prestes. Segundo a historiadora:

Embora reconhecendo que os militares sofram condicionamentos inerentes à organização em que atuam profissionalmente, é fundamental salientar que eles não se encontram isolados do restante da sociedade por uma muralha chinesa. Ao contrário, como membros desta sociedade, são por ela condicionados e influenciados ideológica e politicamente. [...]

Os militares refletem em seu comportamento — ainda que de forma peculiar e modificada — os conflitos e os problemas que se desenvolvem na vida social e política da Nação. Constituem parte integrante do todo social (PRESTES, 1994, p. 15).

Em 2012, Isabel Aragão (2012) publicou o livro “Da Caserna ao Cárcere”. Sua obra é inovadora ao analisar o tenentismo tendo como referência a

História Cultural. Aragão analisa a trajetória de algumas lideranças do Movimento e identifica que os tenentes compartilharam experiências e representações, construindo, assim, uma identidade rebelde. Fabrícia Carla Viviani também contribui para os estudos recentes acerca do tenentismo ao propor pensar o movimento a partir da ideia de processo:

Todos esses momentos exógenos supostamente sintetizam o movimento de formação endógena do próprio tenentismo que transitou de um grupo militar a um grupo político. Essa hipótese [...] refere-se ao fato de que o tenentismo ao longo de sua trajetória política tenha transitado da defesa de interesses corporativos (1922) à formulação de um projeto político (1932) que contemplasse o conjunto da sociedade (VIVIANI, 2009, p. 63).

A contribuição do trabalho de Viviani para a realização desta tese é a proposta de que o tenentismo foi composto por revoltas com interesses, articulações e ações diferentes entre si e que, portanto, devem ser analisadas em suas especificidades para, então, compreender o conjunto. É necessário pensar o Tenentismo como uma construção. Compreendemos que os militares que atuaram nas revoltas de 1922 e 1924 tiveram interesses de grupos, mas dialogavam também com as ideias em circulação na comunidade, em especial na imprensa. Destaco, assim, que os jornais influenciaram significativamente para que eclodissem as revoltas tenentistas, a começar pelo seu papel durante a Reação Republicana.

A Reação Republicana foi um dos mais importantes movimentos de oposição da Primeira República. Articulada em 1921, agremiou forças políticas vinculadas aos Partidos Republicanos de estados dissidentes e teve como objetivo romper o predomínio político de Minas Gerais e São Paulo, então aliados de forma monopólica, criando um eixo alternativo de poder. Lançaram, em oposição à chapa Arthur Bernardes e Urbano dos Santos, o fluminense Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra, então governador da Bahia.

Esta coligação eleitoral teve grande repercussão no país. No Distrito Federal, a imprensa predominantemente apoiou o candidato fluminense e mobilizou a sociedade. Os periódicos assumiram, naquele contexto, destaque na difusão de ideias e comunicação das pautas levantadas pela oposição. Discutiu sobre fraudes, corrupção e criticou a impossibilidade de o candidato opositor à chapa oficial ser aprovado nas comissões de verificação de poderes, tradicionalmente controladas pelas forças dominantes.

O *Correio da Manhã* foi responsável por organizar campanha na imprensa de oposição à chapa oficial, cujo intuito foi prejudicar a imagem de Arthur Bernardes. Anita Prestes narra que o motivo do engajamento desse periódico à Reação Republicana foi devido ao proprietário do jornal, Edmundo Bittencourt, ter ressentimentos antigos em relação a Bernardes (PRESSES, 1994, p. 37). Este jornal atuou também na defesa do Exército, com vista a angariar apoio desta instituição contra o governo federal. Assim teria, ademais do apoio civil, o militar. Foram divulgadas punições e transferências dos militares favoráveis à Reação Republicana, evidenciando, assim a desvalorização que a classe armada vinha sofrendo pelo Presidente da República.

A campanha presidencial de Arthur Bernardes enfrentou episódio que acarretou diversas críticas — as chamadas “cartas falsas”. O *Correio da Manhã*, nos dias 9 e 10 de outubro de 1921, publicou transcrição de cartas que, supostamente, teriam sido escritas por Arthur Bernardes, então presidente do estado de Minas Gerais, direcionada a Raul Soares, que ocupava a pasta da Marinha. Nas correspondências havia críticas ao Exército e a sugestão de punir os militares por indisciplina. Ademais, criticava Nilo Peçanha, seu opositor nas eleições presidenciais daquele ano. A imprensa deu intenso destaque às cartas. De acordo com o posicionamento político, os jornais problematizaram a veracidade delas.

O Clube Militar instaurou comissão verificadora para comprovar autenticidade das cartas, que concluiu serem verídicas. Em 3 de fevereiro de 1922, Oldemar Lacerda confessou aos diretores do Clube Militar ter falsificado as cartas. Eles, entretanto, não divulgaram (ABREU, s.a.). Ainda que com a confissão de Oldemar Lacerda, a imprensa opositora de Bernardes, continuou relacionando o personagem como inimigo do Exército. Os militares, que estavam inseguros com o tratamento do governo para com eles, diante da divulgação das cartas supostamente escritas por Bernardes e autenticadas pela comissão verificadora do Clube Militar, compartilhou, pela maioria do grupo, insatisfação com a política governada por civis. Pandiá Calógeras chegou a afirmar que 90% da oficialidade era antibernardista (CARONE, 1975, p. 33).

O resultado da eleição presidencial de 1922 garantiu a vitória ao candidato oficial. A oposição, então, pediu a abertura de um “Tribunal de Honra”, com vistas a substituir o Congresso Nacional na função de reconhecer o candidato eleito. No entanto, tal pedido foi recusado pelo governo. Mesmo depois do resultado do pleito eleitoral e de descoberta a farsa sobre as cartas, a discussão em torno das supostas correspondências trocadas entre Bernar-

des e Raul Soares continuaram tendo destaque na imprensa. O episódio das cartas ganhou maior agitação no final de junho de 1922, quando o *Jornal do Brasil* publicou transcrição em que Jacinto Guimarães afirmou que foi procurado para imitar a carta original de crítica às Forças Armadas atribuída a Bernardes. Ele teria sido subornado com a quantia de 500 contos de réis, pagos pelos bernardistas, com dinheiro roubado do Estado de Minas Gerais. O *Jornal do Brasil* divulgou, ainda, imagens das cadernetas de bancos que comprovariam a conta que o dinheiro foi depositado. Para garantir a execução do serviço, foi exigido que Jacinto emitisse declaração que ele era autor das cartas (*Jornal do Brasil*, 27 de junho de 1922, pp. 7 e 9).

Diante da trama que se figurava nas vésperas do levante do Forte de Copacabana, o historiador não pode ser teleológico. É preciso compreender o contexto que os militares estavam envolvidos, as opções e estratégias disponíveis a eles. O Clube Militar, órgão representativo dos interesses do Exército, havia comprovado através de perícia a autenticidade das cartas supostamente escritas por Bernardes. Oldemar Lacerda admitiu sua responsabilidade na falsificação dos documentos, mas o Clube não chegou a divulgar sua confissão. Não foi, portanto, de amplo conhecimento a notícia entre os militares. Os jornais de grande circulação se negaram a aceitar a comprovação de falsidade das cartas e continuaram a discutir sobre elas. Ademais, corroboraram com a opinião que Bernardes ofendera as classes armadas e Nilo Peçanha. Para além disso, teria ainda roubado dinheiro público de Minas Gerais para comprar a suposta confissão de Jacinto Guimarães.

O primeiro semestre de 1922 seria ainda agitado com as eleições para governador do estado de Pernambuco, em que forças governistas intervieram ocupando Recife. Tal situação foi amplamente denunciada na imprensa. Para além das críticas ao governo federal, os periódicos expuseram a desvalorização e insatisfação que as classes armadas vinham sofrendo. Publicaram telegrama do Exército de Pernambuco direcionado ao Clube Militar, em que eles protestavam a “situação humilhante e incompatível com a nossa dignidade de soldado que nos criou o caso de Pernambuco” (*Jornal do Brasil*, 6 de junho de 1922, p. 5). Divulgaram também punições que esses oficiais subalternos sofreram por enviar o telegrama à diretoria do Clube Militar.

Em fins de junho de 1922, o Marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, foi procurado, através de correspondência, por oficiais que serviam em Pernambuco. Eles estavam insatisfeitos com a intervenção federal naquele estado e com o papel desempenhado pelo Exército no episódio. Em resposta, Hermes da Fonseca enviou telegrama a Jayme Pessoa,

Comandante da Região Militar de Pernambuco em que pronunciou apoio aos militares que resistiam às forças federais: “Não esqueçais que as situações políticas passam e o Exército fica” (*Jornal do Brasil*, 30 de junho de 1922, edição 155, p. 5).

O Ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras, procurou Hermes da Fonseca para que ele confirmasse a autoria da correspondência, o que ele admitiu. Por assim ser, Pandiá Calógeras mandou prender, por 24 horas, no dia 2 de julho de 1922, o Marechal Hermes da Fonseca. Como justificativa para repreendê-lo, Calógeras elencou que o militar descumpriu ordens de seu superior, sendo, portanto, insubordinado e faltoso à disciplina do Exército (*O Paiz*, 2 de julho de 1922, p. 5). No mesmo dia da prisão do Marechal Hermes da Fonseca, a diretoria do Clube Militar publicou nota assumindo responsabilidade pelo telegrama enviado a Jayme Pessoa. Informaram que a atitude do presidente do Clube resultou de deliberação, unânime, tomada em sessão realizada a 28 de junho (*Correio da Manhã*, 2 de julho de 1922, p. 1). Em resposta, Pandiá Calógeras deu ordens para fechar o Clube Militar por seis meses.

Os militares reagiram à prisão do Marechal Hermes da Fonseca e ao fechamento do Clube. Na madrugada do dia 5 de julho, dias após a repressão, os tenentes organizaram movimento de oposição ao governo federal. Ocorreu, então, o episódio conhecido por levante do Forte de Copacabana. Sob liderança do capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do marechal Hermes da Fonseca, os tenentes tomaram o Forte de Copacabana. Outras guarnições participaram do movimento: Vila Militar, Forte do Vigia, Escola Militar do Realengo e 1º Batalhão de Engenharia. Em Niterói, membros da Marinha e do Exército se rebelaram. Em Mato Grosso, sob comando do general Clodoaldo da Fonseca, tio de Hermes da Fonseca, a 1ª Circunscrição Militar também participou da revolta. Diante da liderança da revolta ter sido realizada por familiares de Hermes da Fonseca, fica evidente que o estopim para que ocorresse o movimento foi sua prisão.

A participação de Eduardo Gomes no movimento do dia 5 de julho foi de manobrar canhão, disparando contra tropas legalistas. Gomes foi também idealizador do combate corpo-a-corpo. A intenção foi caminhar na Avenida Atlântica de encontro às Forças Legalistas. O combate ocorreu e teve grande destaque no Movimento. Siqueira Campos, de forma a contribuir com a proposta de combate de Eduardo Gomes, cortou a bandeira nacional em 28 pedaços e distribuiu entre os revoltosos para que eles os expusessem. Às três horas da tarde, do dia 6 de julho, o conflito iniciou. Dos 27 rebeldes,

apenas 17 permaneceram,² os outros fugiram pelas matas e adjacências. Um civil, o engenheiro Otávio Correia, aderiu ao grupo e marchou na Avenida Atlântica ao lado dos revoltosos. Entre os participantes, estavam os tenentes Newton Prado, Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Mário Carpenter, e o civil Otávio Correia. Sobreviveram ao conflito: Eduardo Gomes, Siqueira Campos e Newton Campos — este, no entanto, veio a falecer depois. O tenente Eduardo Gomes levou um tiro na perna e teve o fêmur partido.

Ao analisarmos o contexto que antecede o levante, podemos compreender que havia um clima intenso de insatisfação das Forças Armadas em relação a Arthur Bernardes. Tal fato se deve não apenas ao episódio das Cartas Falsas, mas porque sua liderança personificava os problemas da Primeira República que vinham sendo amplamente divulgados na imprensa. As críticas às fraudes e corrupção eram destaque na circulação das ideias e discutidas pelo grupo ao qual Eduardo Gomes fazia parte. O desprestígio que o Exército sofria e as punições a militares que se manifestavam contra as questões políticas brasileiras também foram discutidos na imprensa.

O problema deste cenário político para os militares não era apenas Arthur Bernardes, mas o que ele representava. Ele havia insultado o grupo castrense; havia subornado um indivíduo para assumir a culpa pela elaboração da carta que ofendeu ao Exército; havia sido acusado de roubar dinheiro do estado de Minas. Acreditamos, contudo, que o fechamento do Clube Militar e a prisão de Hermes da Fonseca — militar de alto prestígio, ex-presidente da República e presidente do Clube Militar — foram agravantes na crise que culminou no Levante do Forte de Copacabana.

Ao mesmo tempo, a formação ideológica baseada na doutrina dos “jovens turcos” contribuiu para que Eduardo Gomes se mobilizasse e decidisse quebrar a disciplina do Exército de modo a se manifestar contrário à situação política do Brasil. Segundo essa corrente ideológica, os militares eram garantidores da ordem, deveriam intervir quando fosse necessário. Era essa a situação. Havia, portanto, um pensamento que legitimava a ação dos tenentes, contexto de insatisfações e um episódio considerado o estopim.

Os revoltosos compartilhavam representações acerca de Bernardes, do Exército e da política brasileira. Compartilhavam também de um mesmo horizonte de expectativas. O Levante não foi planejado com antecedência, não havia estratégias consolidadas. Tratou-se de uma reação rápida, mas que carregou importante significado. Eram jovens militares, a maioria de baixa patente, dispostos a dar a vida por um ideal político e de grupo — o Exército. Vemos, ainda, o prestígio de Hermes da Fonseca sobre esse grupo.

Eduardo Gomes era participante desse ciclo, fez parte da linha de frente do movimento. Pegou em armas pelo que acreditava, arriscou sua vida em batalha contra as forças governistas. Observemos o depoimento de Eduardo Gomes datado do dia 12 de julho de 1922, acerca do Levante do Forte de Copacabana:

[...] Perguntado como se tinham passado os fatos constantes dos referidos documentos, respondeu o seguinte; tendo ido ao Forte de Copacabana com o intuito de tomar parte na sublevação que ali se projetava, acompanhou seus camaradas até o último momento. Apresentou-se no Forte, pela última vez, digo, saiu do Forte cerca das dezessete horas do dia quatro, e foi de automóvel até a cidade para colher notícias, voltou ainda de automóvel ao Forte às dezenove e meia horas e aí ficou. [...] No dia cinco teve a seu cargo o canhão Schneider. Na noite de cinco mais seis, estive de vigilância junto ao holofote no alto da colina, em companhia do tenente Siqueira Campos e algumas praças. Na manhã quando, na manhã de seis quando o Capitão Euclides declarou que quem quisesse sair do Forte podia fazê-lo, o depoente resolveu não se entregar. Depois, disse o depoente, estive quase o tempo todo na torre seis, que ficou a seu cargo. [...] Quando o Capitão Euclides comunicou para o Forte, por telefone, que se achava preso e que o Governo exigia que cada um se entregasse saindo isoladamente e desarmado do Forte os oficiais que ainda se encontravam na praça, a saber: o depoente, os Tenentes Siqueira Campos, Nilton Prado e Carpenter, resolveram abandonar o Forte para não sacrificá-lo nem causar mais prejuízos à cidade e ir com o grupo de soldados que os acompanhava por último combate contra as forças do governo longe do Forte, pois estavam no firme propósito de não se entregar. [...] Desceram todos pela praia de Copacabana e afinal se detiveram em frente a uma rua, aí mantiveram um tiroteio com as forças opostas, o qual lhe pareceu ter durado cerca de uma hora e três quartos. O depoente caiu ferido por bala de fuzil, na coxa esquerda e ali mesmo na areia ficou deitado até que o transportaram. [...] **Perguntado por que tomou parte na rebelião contra o governo, respondeu que achava que o governo estava saindo fora da lei com o propósito de intervir em Pernambuco e porque era do desejo do país ver afastada a hipótese da posse do Dr. Arthur Bernardes [...].** [grifo nosso] (SILVA, 1971, pp. 457-459).

O depoimento de Eduardo Gomes evidencia sua insatisfação com o governo federal. Quando Gomes relata que o “governo estava saindo fora da lei” na intervenção em Pernambuco, não se tratava apenas da oposição às ações do governo sobre este estado, mas também ao tratamento que foi dado aos militares que se opuseram à intervenção. Seu discurso corrobora com a defesa de Hermes da Fonseca sobre a situação, em que ele criticou o governo federal e foi punido por isso. Gomes, ademais, deixa clara sua oposição a Arthur Bernardes.

É importante destacar que as falas “governo estava saindo fora da lei” e “era do desejo do país” carregam a significação dos militares como reguladores da ordem. Como o governo estava saindo da lei, os militares deveriam agir para impedir a continuidade dessa situação. Quanto ao “desejo do país”, uma vez que era essa a vontade da população, os militares deveriam garantir a concretização desse anseio. Esse pensamento corrobora, portanto, com a defesa de que a formação ideológica baseada nos “jovens turcos” foi referência para que Eduardo Gomes agisse em 1922 de modo a defender o Exército e o país.

Os revoltosos de 1922 foram condenados no dia 26 de dezembro de 1923 pelo art. 107 do Código Penal: “Tentar, diretamente e por fatos, mudar por meios violentos a Constituição política da República, ou a forma de governo estabelecida. Pena: banimento, aos cabeças, e aos corréus a reclusão por cinco a dez anos” (*Correio da Manhã*, 27 de dezembro de 1923, p. 3). Eles esperavam ser julgados pelo artigo 111, uma vez que, ao longo de todo processo foi narrado que o movimento ocorreu contra a pessoa do Presidente da República e não por “tentativa de mudar a Constituição política Brasileira”.

Eduardo Gomes foi pronunciado pelo juiz Vaz Pinto, da 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro, como incurso no artigo 107 do Código penal (DRUMMOND, 2011, p. 61), alegando que Gomes foi ativo e eficiente colaborador da Revolta do Forte, “tendo confessado que para essa praça de guerra se dirigiu com o fito exclusivo de auxiliar seus camaradas, havendo com esse intuito assumido o comando da torre seis, na qual fez vários disparos” (Ibidem, p. 62). Contudo, Gomes não foi visto como “cabeça” do movimento e sim corréu, uma vez que sua punição foi o cárcere, ao invés do exílio como foi o caso de Siqueira Campos. Eduardo Gomes não esperou ser preso. Dias antes de sair seu decreto de prisão, ele fugiu para Três Lagoas, em Mato Grosso, onde refugiou-se na fazenda Taquaraçu, da família do Marechal Bento Ribeiro. Usou o nome falso de Eugênio Guimarães para não ser descoberto. Outro processo foi impetrado a Eduardo Gomes, tratou-se do crime de deserção (Ibidem, pp. 61-62).

Em fins de 1923, o capitão do Exército Joaquim Távora, irmão de Juarez Távora, percorreu unidades militares em São Paulo e contatou seus colegas, com vista a articular uma nova revolta. Eduardo Gomes saiu de Mato Grosso em direção a São Paulo para participar do movimento que era planejado. Em São Paulo os conspiradores reuniam-se na rua Vauthier, no Canindé, e na Travessa da Fábrica, no centro. Este último local era o ponto de encontro de Eduardo Gomes, Juarez Távora, dois ex-cadetes da Escola Militar — Emídio da Costa Miranda e Diogo Figueiredo Moreira Júnior — e outros conspiradores.

A data marcada para início do movimento foi 28 de maio de 1924, contudo foi adiado por um mês e, posteriormente, novamente postergado. Somente no dia 5 de julho de 1924, Joaquim Távora e Eduardo Gomes deixaram a casa do Canindé e marcharam para Santana, zona norte da capital paulista, onde já se encontravam seus companheiros, para iniciarem a revolta (Ibidem, p. 64).

A data do novo levante não foi coincidência. Ela homenageou o primeiro conflito de oposição ao governo federal organizado pelos tenentes em 1922. A conspiração do movimento teve como idealizadores Eduardo Gomes, Henrique Ricardo Hall, Vítor César da Cunha Cruz, Miguel Costa, João Francisco Ferreira de Souza, Joaquim Távora, Arlindo de Oliveira, Nilton Estillac Leal, Thales Marcondes, Osmar Soares Dutra, Paulo Weber Vieira da Rosa, Diogo Moreira de Figueiredo e Emílio Miranda. Foi liderado pelo general Isidoro Dias Lopes (SILVA, 1971, p. 366).

Na intenção de dominar a capital paulista, o plano dos revoltosos comportava duas partes de execução simultânea: tomada dos quartéis da Força Pública, prisão do presidente do Estado e do general Abílio de Noronha — comandante da Região Militar. O plano previa que iniciado o movimento, os tenentes Eduardo Gomes, Luís Cordeiro de Castro Afilhado, Asdrubal Gwyser de Azevedo e Samuel Fernandes, sob liderança de Joaquim Távora e Nilton Estillac Leal, executariam o assalto aos quartéis policiais da Luz (1º, 2º e 4º Batalhões de Infantaria, Corpo-Escola, Cadeia-Pública e Regimento de Cavalaria). A segunda parte do plano seria realizado pelas patrulhas do 4º Regimento de Infantaria. Contudo, os revoltosos esqueceram de destruir as linhas telefônicas, telégrafas e ferroviárias, permitindo, desta forma, a reação governista.

Na noite do dia 5 de julho, o tenente Eduardo Gomes liderou o ataque à Estação da Cantareira e ao 1º Batalhão de Caçadores. Ele assumiu o comando do 2º Batalhão de Infantaria da Força Pública e de uma seção do 2º Grupo

Independente de Artilharia Pesada. Outra atuação do tenente foi atirar na Secretaria da Justiça, com uma arma de canhão 105, no cruzamento da rua João Teodoro com a Avenida Cantareira. Neste local se encontrava Carlos de Campos, presidente do Estado. Isto ocasionou a saída de Carlos de Campos para a estação de Guaiaúna, da Estrada de Ferro Central do Brasil, hoje denominada Carlos de Campos, no bairro paulistano da Penha, onde permaneceu por quase três semanas (Ibidem).

Na manhã do dia seguinte, parte dos revoltosos atuaram de forma a ocupar o 4º Batalhão de Polícia. Eduardo Gomes atirou na caixa d'água no quartel, deixando seus inimigos sem água (DÓRIA, 2016). No dia 8 de julho, Gomes novamente assumiu a função de artilheiro. Bombardeou o edifício do Comando Geral, Polícia Central, Palácio do Governo, Secretaria da Agricultura e a zona do mercado — locais dominados pelas forças legalistas (Processo Criminal da República, dezembro de 1924. Arquivo João Luís Alves. CPDOC/FGV).

No dia 13 de julho, Eduardo Gomes atuou como observador aéreo ao lado da pilota Anésia Pinheiro Machado. Eles sobrevoaram os bairros Penha, Ipiranga e Vila Mariana. Seguiram, então, para as cidades de Sorocaba e Santos. O intuito do voo foi observar as tropas legalistas e lançar panfletos pedindo apoio da população à Revolta (DRUMMOND, 2011, p. 66).

Gomes foi incumbido de outro plano: a bordo de um avião, lançaria cerca de 30 mil panfletos com informações defendendo o movimento, assinados pelo general Isidoro Dias Lopes, sobre os quartéis da Vila Militar do Rio de Janeiro, no intuito de angariar apoio da sociedade carioca à causa revolucionária. Entre outras coisas, na mensagem era proposto o restabelecimento do federalismo; separação da igreja e Estado; possível diminuição de números de unidades da Federação afim de torná-las mais equilibradas; proibição de impostos interestaduais; obrigatoriedade do ensino primário e profissional (DUARTE, 1927, pp. 110-111).

Junto aos panfletos, neste mesmo avião, foram carregados explosivos cujo alvo seria o Palácio do Catete. Para o intento, foi preparado o avião da aviadora paulista Tereza de Marzo, um *Curtiss Oriole*. Foram cedidos componentes e peças de outro *Curtiss*, do aviador Edu Chaves. Um combustível suplementar fora instalado para viabilizar o longo voo. No dia 24 de julho,³ Eduardo Gomes atuou como observador aéreo junto ao piloto alemão Carlos Herdler. Depois de uma hora e meia de voo, o avião fez um pouso forçado na Serra do Mar, na região de Cunha (SP), devido a um dano no radiador (SILVA, 1971, p. 383). Este município estava sob domínio legalista. Ao ver o

avião “caindo”, os moradores da cidade correram para o local, inclusive o delegado de polícia. Eduardo Gomes, para escapar da prisão, interpretou ser um oficial do Exército que estava em missão. Para que ninguém se aproximasse do avião, ele alegou que este poderia explodir a qualquer momento, pois carregava carga explosiva direcionada aos revoltosos paulistas. Pediu para que interditassem a área, enquanto os especialistas do Exército não chegassem. Assim foi feito. O delegado isolou a área e providenciou cavalos para Eduardo Gomes e Carlos Herdler. Eles seguiram para Guaratinguetá, onde se esconderam na fazenda do engenheiro Eduardo Jacobina, colega de Eduardo Gomes (Ibidem). De lá, Gomes partiu de trem para o Rio de Janeiro, abrigoando-se na casa de seu tio Roberto, irmão de sua mãe (DRUMMOND, 2011, p. 68).

O jornal *O Paiz* noticiou sobre o acidente: “um avião dos sediciosos, levantando voo de São Paulo, seguiu rumo de Taubaté e, perseguido pelos aviões das tropas legais, aterrou em um brejo, a três léguas da cidade de Cunha, onde foi capturado” (*O Paiz*, 25 de julho de 1924, p. 1). Em nenhuma das fontes consultadas há o relato de que o avião foi perseguido. Elas apresentam que o avião teve falhas no motor e precisou de um pouso forçado. *O Paiz* foi um jornal apoiador dos governos da Primeira República e tratou os tenentistas como antipatriotas. Acreditamos, portanto, que o periódico teve como estratégia demonstrar a superioridade das forças legalistas e para isso construiu o discurso de que o avião fora perseguido.

Cosme Degenar Drummond narra que Eduardo Gomes tentou se comunicar com os revoltosos para relatar o episódio da queda da aeronave. Contudo, eles já haviam deixado a cidade, indo ao encontro da Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes. Eduardo Gomes, então, teria tentado se unir à coluna (Ibidem, p. 68).

No dia 28 de julho a Força Revolucionária deixou a capital paulista. Paulo Duarte narra que Isidoro Dias Lopes o disse, ao retirar-se, que os ideais que os revoltosos possuíam era de administração do país por pessoas honestas e justas. E continua:

Nosso objetivo fundamental era e é uma revolução no Brasil que elevasse os corações, que sacudisse os nervos, que estimulasse o sangue da raça enfraquecida, explorada, ludibriada e escravizada. Para isto era necessário um fato empolgante qual o da ocupação da Capital Paulista. [...] Nossa conduta como conquistadores, deixando de constituir governo estadual e provisório federal, demonstra a evidência que não queria-

mos S. Paulo como nossa Cápua, nem como objetivo final. Essa, apenas uma etapa, o meio de impressionar a nação, despertando e fazendo vibrar o sentimento de liberdade. Assim abandonaremos, com saudade, S. Paulo cidade... (DUARTE, 1927, p. 244).

Juracy Magalhães fez parte do Exército e participou do cenário político brasileiro junto de alguns tenentes no contexto do governo getulista. Ele não atuou nas primeiras revoltas tenentistas. Sua turma foi a primeira que se formou depois do levante do Forte de Copacabana, em 1926, justamente porque a de 1922, que participara da revolta, tinha sido toda expulsa. No entanto, seu livro de memórias é importante para compreender a percepção que os militares possuíam sobre as revoltas que estavam ocorrendo no cenário castrense e político brasileiro. Ele descreve que os revoltosos eram jovens oficiais que lutavam contra a opressão das oligarquias e dos políticos corruptos que governavam na Primeira República, e a favor de melhorias sociais. Para Magalhães, os tenentes eram nacionalistas, defendiam os interesses da população, principalmente os menos favorecidos, que eram considerados, pelos oficiais, como ignorantes e incapazes de se mobilizarem sem o suporte dos militares (Ibidem, p. 45). Defendia-se a reforma do ensino; do sistema eleitoral, com a implementação do voto secreto e do voto feminino; a liberdade de imprensa. Ademais, os tenentes buscavam combater o federalismo como sistema de governo, uma vez que compreendiam os governadores estaduais como escolhidos pelos “caciques da política dominante” (Ibidem).

O general Isidoro Dias Lopes, líder da revolta paulista de 1924, narrou, em carta escrita em 1925, que os objetivos do movimento eram, entre outros,

reforma da Constituição, voto secreto e obrigatório, revogação da lei de imprensa, uniformidade de poder judiciário, fazendo-o, de fato, independente, responsabilidade efetiva dos agentes do Executivo, ministros etc. Ensino preliminar gratuito e obrigatório, regulamentação do art. 6º da Constituição, que é interpretado consoante os caprichos presidenciais, sempre sancionados por um congresso de designados, responsáveis, em consequência de seu servilismo, por todos os mais estupendos atentados aos direitos e as leis. (Carta de Isidoro Dias Lopes para Azevedo Lima, Foz do Iguaçu, 27 de fevereiro de 1925, Acervo Cartas de 24, Arquivo Público do Estado de São Paulo).

As análises feitas por Juracy Magalhães sobre os objetivos da Revolta Tenentista de 1924 se assemelham ao que Isidoro Dias Lopes, um ano após a revolta, relatou em carta. Observemos agora os documentos produzidos no início do movimento de 1924. O primeiro manifesto dos rebeldes em São Paulo foi divulgado em 10 de julho, cinco dias após a eclosão do movimento. Através da pessoa do coronel Paulo de Oliveira, do Estado-Maior das Forças Revolucionárias, os revoltosos divulgaram que o movimento tinha caráter patriótico, com significado social e político. Os rebeldes faziam notar que não aceitavam o governo de Arthur Bernardes, “no que diz peculiarmente respeito a sua pessoa. Não obstante os fatos conhecidos, permanecem de pé as gravíssimas ofensas por ele dirigidas ao Exército”. Contudo, informaram que o movimento não visava unicamente Bernardes, mas todo seu governo, por ser ele a continuidade da política de vícios que vinha dirigindo a república brasileira (*O Estado de S. Paulo*, 10 de julho de 1924, p. 1).

Os revoltosos se reconheciam como garantidores da honra da Nação e da Constituição que vinha sendo infringida por governantes civis, especialmente Arthur Bernardes, o qual, nunca pôde, segundo o informativo divulgado na imprensa, ser aceito pelo Exército, uma vez que desde sua candidatura a Presidente da República, ofendeu os militares através do episódio das cartas. Posteriormente, como chefe do governo federal, puniu os militares com prisões e transferências, e governou em estado de sítio. Nota-se, ainda na publicação do manifesto dos revoltosos, que não há definição de programa de medidas, como depois se definiu e ficou conhecido o movimento.

Posteriormente, em 24 de julho, um novo programa dos rebeldes foi divulgado no jornal *O Estado de S. Paulo*:

Assim, triunfante a revolução, o governo provisório convocará uma constituinte que virá discutir e regulamentar os seguintes princípios, que são o anseio de todo bom brasileiro:

1º: voto secreto e censo alto;

2º justiça gratuita e reforma radical no sistema de nomeação e recrutamento dos magistrados; [...]

3º A reforma, não dos programas, mas sim dos métodos da instrução pública, a que melhor chamaremos de educação pública; abolindo o atual conceito que tem como meta do nosso ensino primário o aprendizado da leitura e escrita e substituindo-o pela noção de que a escola primária compete, pelo ensino objetivo, a formação de caráter e da mentalidade do jovem brasileiro. [...]

Segundo o sentir dos chefes revolucionários, é no princípio da gratuidade da justiça e na integridade e independência moral dos magistrados que assentam as bases de uma verdadeira democracia. Pois a única igualdade que pode e deve existir é a igualdade perante a Lei e a possibilidade para todos os cidadãos de, provada sua capacidade e sejam quais forem as suas origens, galgarem os postos que ambicionar (*O Estado de S. Paulo*, 24 de julho de 1924, p. 2).

Esta nota foi publicada em dia próximo da retirada das tropas revoltosas. Nele podemos encontrar as propostas narradas por Isidoro Dias Lopes em carta escrita em 1925, transcrita neste texto. A partir disso, compreende-se que os objetivos da revolta não foram estabelecidos desde o princípio. É percebido nos programas divulgados no jornal *O Estado de S. Paulo* que as propostas foram construídas e mais bem definidas durante o movimento.

Após o fim da revolta, houve julgamento no intuito de punir os participantes do movimento. Nos autos de suas defesas, encontramos:

O intuito da revolta de 22 fora o de impedir a posse de Bernardes, em consequência dos agravos por ele feitos ao Exército Nacional, nas cartas que lhe foram atribuídas, provocando fortíssima exaltação de ânimo. Depois de sua posse o presidente, então reconhecido, manteve a maior parte do país em estado de sítio permanente, serviu-se da força para depor o governo legalmente constituído no Estado do Rio de Janeiro, praticando numerosos atentados antidemocráticos que constituíram os principais germes da revolução de 24. Com esses fundamentos pedimos absolvição, porque o movimento de 5 de julho de 24 foi uma resistência coletiva a atos arbitrários do Executivo Federal, a atos violadores da Constituição a que devem igualmente obediência e respeito governantes e governados (SILVA, 1971, p. 406).

É importante considerar que a declaração de defesa é um ato de evitar a prisão aos corréus e exílio aos cabeças da revolta. Contudo, é possível observar o discurso de crítica a Bernardes devido às suas ações contra o Exército e compreender a percepção dos militares como protetores da Nação, aqueles que resistiram às arbitragens e lutaram para garantir a Constituição.

Eduardo Gomes, durante um Inquérito Policial Militar, corroborou com os autos de defesas dos acusados. Em seu depoimento, narrou que os militares lutaram sacrificando suas vidas e carreiras não para mudar a forma

de governo ou a Constituição, mas para defendê-la contra os que estavam deturpando-a (SILVA, 1971, p. 410). Tal como em 1922, Eduardo Gomes defendeu sua participação na revolta com de forma a impedir a continuidade de atitudes autoritárias do governo. No inquérito de 1922, Gomes disse que participou do Movimento devido ao governo estar passando dos limites. Agora tratava-se da deturpação das leis. Como guardiões da ordem, os militares precisaram agir.

Arthur Bernardes puniu e ameaçou de expulsão do Exército os participantes da Revolta Tenentista de 1922 (DRUMMOND, 1986). Havia, portanto, um enorme desgosto em relação a sua pessoa pelos membros da corporação castrense. Eduardo Gomes, segundo relata Drummond, após o Levante do Forte de Copacabana, se dedicou a ouvir os alunos e cadetes excluídos da Escola Militar do Realengo. Seu irmão, advogado, teria os defendido na Justiça, reivindicando o retorno desses jovens à Escola Militar. Seu objetivo não foi alcançado (DRUMMOND, 2011, p. 61). Eduardo Gomes compartilhava a antipatia do grupo tenentista sobre Bernardes.

Acreditamos, contudo, que o que motivou a participação de Eduardo Gomes, assim como dos outros integrantes do Movimento Tenentista, nas revoltas foi o que Arthur Bernardes representava. Tratou-se da insatisfação do tratamento empreendido ao Exército. Mas não apenas isso. Em comunicados e livros, os tenentistas refletiram sobre a derrubada do governo de Arthur Bernardes. Abordaram temas como: restrições ao liberalismo, sobretudo os excessos do federalismo, principalmente no que se referia às disparidades dos estados; independência da magistratura; justiça gratuita; reforma política, com introdução do voto secreto e do censo alto. Tratou-se, portanto, de um movimento de caráter militar, mas que estava em diálogo com o que era pensado pela sociedade e debatido na imprensa. Os valores e visão de mundo eram compartilhados pelos oficiais e direcionavam para um mesmo caminho: a luta armada. O movimento inaugurou um projeto político, em que há a defesa da moralização do sistema político.

Após a retirada das tropas revolucionárias de São Paulo, eles seguiram, por via fluvial, até o oeste paranaense. Ocuparam Guairá e Foz do Iguaçu. Permaneceram até março de 1925, esperando outro movimento revolucionário que vinha ao seu encontro: a Coluna Prestes. Quando ocorreu a simbiose entre os revolucionários paulistas e gaúchos, formou-se, então, a Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes, que percorreu o Brasil pelos dois anos seguintes. Eduardo Gomes, com posse de documento falsos arranjados por seu irmão Stanley, embarcou em um vapor da Costeira na intenção de se

juntar ao grupo. Durante a viagem, em Santa Catarina, ele foi reconhecido e preso. Transferido para o Rio de Janeiro, ficou encarcerado na Casa de Detenção e, posteriormente, após um *habeas-corpus*, foi transferido para o Corpo de Bombeiros. Neste período o pai de Eduardo ficou gravemente doente, vindo a falecer, sem poder rever seu filho.

No início de 1925, Eduardo Gomes foi transferido para o presídio da Imigração, em São Paulo. Permaneceu neste cárcere por um ano. Em seguida, foi enviado de volta ao Rio de Janeiro, ficando preso no 1º Regimento de Cavalaria. Neste local encontrava-se Juarez Távora, que havia sido preso em Piauí, durante sua participação na Coluna. Gomes, Távora e Carlos Chevalier então planejaram suas fugas: Jenny Gomes, mãe de Eduardo Gomes, lhe entregou uma serra durante uma visita. O intento fracassou. Além de não conseguirem fugir, Eduardo Gomes, Juarez Távora e Carlos Chevalier responderam processo por tentativa de fuga.

Em maio de 1926, os presos que estavam no 1º Regimento de Cavalaria foram transferidos para a ilha de Trindade. Juracy Magalhães descreve que a ilha de Trindade era uma espécie de “Alcatraz do governo autoritário de Arthur Bernardes”. Situada a cerca de 1250 quilômetros da costa do Espírito Santo, virou presídio político. “Os prisioneiros moravam em barracas de lona ou em bangalôs de madeira, como nos campos de concentração. A comida era escassa e ruim, os medicamentos quase inexistentes, as condições de higiene desumanas” (GUEIROS; MAGALHÃES, 1996, p. 19). Entre os militares revoltosos que ali estiveram presos, encontravam-se: Eduardo Gomes, Juarez Távora, Edmundo Macedo Soares, Castelo Branco, Costa e Silva, Carlos Chevalier, Silo Meireles e Augusto Maynard Gomes.

No período que Eduardo Gomes ficou encarcerado, vários pedidos de *habeas-corpus*, emitidos pelo seu irmão Stanley, foram impetrados em relação a sua pessoa ao Supremo Tribunal Federal. A natureza dos pedidos era diversa. Variava desde sua soltura até a exigência que lhes fossem pagos os vencimentos integrais, sem desconto algum para a sua subsistência na prisão onde se encontravam (*Correio de Manhã*, 24 de outubro de 1925, edição 09431, p. 5).

Arthur Bernardes encerrou seu governo em novembro de 1926. De imediato, logo após a posse de Washington Luís para presidente da República, os prisioneiros da Ilha de Trindade foram transferidos para a Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro e depois de um tempo, postos em liberdade condicional. Teria havido rumores de que uma conspiração contra Washington Luís estava sendo tramada. O governo, sabendo disso, estava disposto a pu-

nir os militares implicados com a Justiça, de modo a garantir que a eclosão de um novo movimento não acontecesse (DRUMMOND, 2011, p. 76). Eduardo Gomes, com medo de ser novamente preso, mudou-se, em junho de 1927, para Campos, no Rio de Janeiro e permaneceu por dois anos nesta cidade. Sob a identidade falsa de Edmundo Goulart (Ibidem), ele trabalhou como engenheiro em uma fazenda, ajudando na construção de um ramal de estrada de ferro na altura do km 64 da linha Campos — Cardoso Moreira.

Gomes trabalhou também na estrada de ferro Vitória-Minas. Neste mesmo ano foi criada a arma de aviação do Exército e, em novembro, ocorreu a transferência por decreto para esta arma de todos os oficiais que eram pilotos-aviadores ou observadores aéreos. Assim sendo, devido a Eduardo Gomes ser observador aéreo, foi transferido da artilharia para a aviação. No entanto, ele não se apresentou às Forças. Permaneceu escondido em Campos.

Eduardo Gomes se entregou às autoridades apenas em 1929, sendo, então, preso. Após uma série de processos e recursos, sua pena foi estabelecida em dois anos de cárcere. Mas ele não chegou a cumpri-la. Em dezembro deste mesmo ano o Supremo Tribunal Militar julgou a apelação de Eduardo Gomes, absolvendo-o de seu crime de deserção (*Correio da Manhã*, 10 de dezembro de 1929, p. 2).

Em 1930, Juarez Távora que permanecia preso, recebeu a visita de Juracy Magalhães. No encontro, foi-lhe entregue uma carta de Luís Carlos Prestes orientando Távora a fugir da prisão, seguir para Paraíba e ali articular a revolta contra Washington Luís. Iniciava, então, o clima conspiratório que iria eclodir na Revolução de 1930. Para isso, contaria com o suporte dos tenentes Eduardo Gomes e Lourival Seroa da Mota. Em uma manhã de fevereiro daquele ano, os tenentes fingiram-se de pescadores, foram de barco até a fortaleza de Santa Cruz. Juarez usou os lençóis para fazer uma corda e pulou de sua cela. “Nesse momento, uma sentinela da fortaleza disparou contra o barco onde se encontravam Eduardo Gomes e Seroa. Eles gritaram: Não atirem! Já estamos saindo! Viemos apenas recolher a rede! A rede era Juarez” (GUEIROS; MAGALHÃES, 1996, pp. 68-69).

Passados alguns meses deste episódio, Gomes foi para Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no intuito de se reunir com os líderes da revolução. Na ocasião, foi apresentado a Vargas e assumiu o compromisso de participar do movimento. Contudo, pediu anistia aos participantes das revoltas de 1922 e 1924. Com a promessa de que sua reivindicação seria atendida, ele retornou ao Rio de Janeiro, onde contribuiu na conspiração do levante armado (DRUMMOND, 2011).

Na eclosão da rebelião, Eduardo Gomes estava em Barbacena, interior de Minas Gerais. Ele, junto a Ari Parreiras, Olímpio Falconiere da Cunha, Tasso Tinoco e outros oficiais, tinham sido designados para lutar contra as forças oficiais em Juiz de Fora. Contudo, as condições em Minas Gerais favoreciam o governo federal, que mantinha o Exército fiel. Sendo assim, eles podiam contar com apenas 70 praças a comando do capitão Fulgêncio. Para solucionar tal problema, Eduardo Gomes, no dia 4 de outubro, dia seguinte do início da revolta, deu ordens para Tasso Tinoco aliciar setecentos operários de Conselheiro Lafaiete, que não tinham aderido ao movimento. O objetivo foi alcançado facilmente, com a participação de apenas dez voluntários civis armados. Após dominarem as forças opositoras do 12º RI de Belo Horizonte, um batalhão com cerca de 350 homens, comandado por Nelson de Melo, chegou à Barbacena no dia 10 de outubro para lutar ao lado de Eduardo Gomes.

É importante novamente compreender que a atuação de Eduardo Gomes durante a Revolução de 1930 foi característica de membro do Exército. Tal afirmação é possível após a leitura atenta a arquivos pessoais dos líderes do movimento. Não há a participação de Eduardo Gomes em nenhuma das estratégias, negociações ou planos políticos. O personagem foi, portanto, relevante na atuação militar, mas não foi um personagem de liderança política nos entendimentos com vistas a derrubar o sistema de regime da época.

Fabrizia Carla Viviani (2009) propõe pensar o tenentismo a partir de três recortes temporais. A primeira fase corresponde ao surgimento do ator, que ela considera ter iniciado com o Levante de Copacabana e perdurado até a Revolta Paulista de 1924. A segunda fase refere-se a “abertura efetiva do processo de construção da consciência coletiva” (Ibidem, p. 13), que ocorreu entre 1924 e 1930, período que abarca a Coluna Miguel Costa — Luís Carlos Prestes. Por fim, o tenentismo teria vivido sua terceira fase entre os anos 1930 e 1932: concretização de sua construção de identidade coletiva. Corroboramos com a defesa de Viviani.

Acreditamos que Eduardo Gomes atuou no Levante do Forte de Copacabana por discordar da posse de Arthur Bernardes, por estar descontente com a desvalorização dos militares e por discordar da prisão de Hermes da Fonseca. Contudo, destacamos que havia um clima de insatisfação com a situação política brasileira. As fraudes e as corrupções eram discutidas na imprensa e os militares dialogavam com essas ideias. Os políticos passariam, então, a serem vistos como corrompidos e incapazes de executar os compromissos assumidos nos pleitos eleitorais. A primeira revolta tenentista ocor-

reu como uma reação. Não havia um planejamento estratégico acerca do que fazer tanto militarmente, quanto politicamente.

Defendemos, ademais, que o levante ocorrido em 1924 inaugurou uma plataforma de reivindicações sociais e maiores transformações políticas pelos revoltosos. Houve, portanto, amadurecimento das propostas e uma maior clareza quanto às intenções do movimento. Eduardo Gomes tentou se unir aos revoltosos paulistas quando, sob a liderança de Miguel Costa, o grupo seguiu para o Paraná. Foi preso. Gomes passou grande parte da segunda fase do tenentismo encarcerado. Porém, quando solto em 1926, ainda ocorria a Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes. Ele não se juntou ao grupo. Permaneceu refugiado. Acreditamos que Eduardo Gomes escolheu não participar da Coluna por não acreditar na vitória do movimento naquele momento. Àquela altura os revolucionários haviam chegado em Mato Grosso e pensavam no exílio. A terceira fase do tenentismo contou com a participação de lideranças militares da época. Gomes não se ausentou deste compromisso. Esteve ao lado na luta pela concretização dos anseios principiados em 1922.

Notas

- 1 Eles alcançaram seus objetivos com a Revolução de 1930.
- 2 A descrição referente ao número de participantes e de cortes da bandeira é divergente entre os relatores. Eduardo Gomes informa que foram 14 revoltosos que marcharam a Avenida Atlântica no dia 6 de julho de 1922. (MAGALHÃES, 1996)
- Juracy Magalhães relata que foram 29 os militares que saíram do forte, restando 17 para lutar. (Idem) Edgard Carone (1975), por sua vez, defende que a bandeira foi dividida em 28 pedaços, que foram 27 os revoltosos, restando apenas 17 após a última debandada.
- 3 A data de decolagem é incerta. Paulo Duarte (1927, p. 110) descreve que foi no dia 26 de julho, Hélio Silva (1971, p. 382) descreve que foi no dia 22 de julho e o Processo Criminal da República descreve como dia 24 de julho de 1924.

Referências bibliográficas

Periódicos

Correio da Manhã
Jornal do Brasil
O Estado de S. Paulo
O Paiz

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. Verbete “Cartas Falsas”. In: **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro**. CPDOC/FGV.
 ARAGÃO, Isabel. **Da caserna ao cárcere. Uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930)**. Jundiaí, Paco Editorial, 2012.
 CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil contemporâneo, 1922-1938**. Difel, 1975.
 CARVALHO, José Murilo de. **Forças**

Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
 COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
 DORIA, Pedro. **Tenentes: a guerra civil brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.
 DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011.
 DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
 DUARTE, Paulo. **Agora nós**. Crônica da revolução paulista, com os perfis de alguns heróis da retaguarda. São Paulo, s/e, 1927.
 FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. Historiografia e História. 10ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
 FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
 GUEIROS, José Alberto; MAGALHÃES, Juracy. **O último tenente**. Ed. Record, 1996.
 PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a Reação Republicana: As origens do Tenentismo**. Editora Vozes, Petrópolis, 1994.
 _____. **A Coluna Prestes**. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
 SILVA, Hélio. **1922: sangue na areia de Copacabana**. Civilização Brasileira, 1971.
 SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
 VIVIANI, Fabrícia Carla. **A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)**. Dissertação (Mestrado) – São Carlos: UFSCar, 2009.

Recebido em: 01/11/2020

Aprovado em: 04/11/2020